

# Um abismo: diferenças de gênero no exercício do PNAES durante a pandemia da COVID-19

## RESUMO

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) volta-se à permanência estudantil nos cursos de graduação e, no Instituto Federal do Paraná, é operacionalizado pelas equipes da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis. O objetivo do artigo foi traçar o perfil das equipes, identificar a interpretação subjetiva da política, as relações dicotômicas de gênero nesse processo e os impactos do trabalho remoto durante o período pandêmico. Utilizaram-se a epistemologia qualitativa como referencial teórico e metodológico e uma análise apoiada na perspectiva de gênero. A recolha da informação ocorreu por meio de questionário e entrevistas com as equipes. Os resultados evidenciaram que o PNAES foi realizado, prioritariamente, por mulheres e que houve diferenças na rotina de trabalho: enquanto os homens tiveram mais tempo e incluíram novas atividades, as mulheres, em especial as mães, vivenciaram um extremado acúmulo de funções que já existiam e que, com o trabalho remoto, foram exacerbadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** PNAES. IFPR. COVID-19. Subjetividade. Gênero.

**Evelyn Raquel Carvalho**

E-mail:  
evelyncarvalho@alunos.utfpr.edu.br  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5194-9812>  
Universidade Tecnológica  
Federal do Paraná, Curitiba, PR,  
Brasil

**Maria Sara de Lima Dias**

E-mail:  
mariadias@professores.utfpr.edu.br  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7296-6400>  
Universidade Tecnológica  
Federal do Paraná, Curitiba, PR,  
Brasil

## INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sancionada pelo Decreto nº 7.234/2010, constitui-se como um conjunto de ações estratégicas voltadas para a permanência de estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais de instituições federais. O PNAES articula-se às políticas afirmativas e de acesso, que buscam democratizar a educação superior por meio da ampliação de vagas em cursos de graduação e do estímulo à permanência e à conclusão em condições igualitárias.

O Instituto Federal do Paraná (IFPR), criado pela Lei nº 11.892/2008, surge juntamente com a implementação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e assume a característica de instituição inclusiva ao reservar 80% de suas vagas para estudantes cotistas, voltando-se para a formação integral do/a estudante trabalhador/a por meio de cursos que vão desde o ensino médio integrado até a pós-graduação em nível de especialização e mestrado.

O IFPR desenvolve a assistência estudantil (AE) por meio de sua política interna — Resolução IFPR nº 11/2009 — e tem como meta favorecer a permanência escolar a partir de ações como apoio pedagógico e psicológico, acesso a bolsas e auxílios financeiros e estímulo à participação em eventos. O PNAES é realizado nos 26 *campi* do IFPR, localizados em todas as regiões do Estado, pelas equipes interdisciplinares da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE), compostas por psicólogos/as, assistentes sociais, pedagogos/as, técnicos/as em assuntos educacionais, entre outros/as trabalhadores/as.

Os/As trabalhadores/as das SEPAE enfrentaram desafios acentuados com a pandemia da COVID-19, o que exigiu rearranjos nas esferas privada e pública, em especial pela necessidade de isolamento no espaço doméstico como modo de prevenção ao alastramento do vírus. É para essa esfera que se direciona a análise do trabalho desenvolvido pelas equipes SEPAE do IFPR.

O artigo, recorte de uma pesquisa de doutorado, tem por objetivo traçar o perfil das equipes SEPAE, identificar a interpretação subjetiva da política, as relações dicotômicas de gênero e os impactos do trabalho remoto na rotina de homens e mulheres.

A fundamentação teórica respaldou-se na abordagem metodológica da Epistemologia Qualitativa de González Rey (2011), na Teoria Histórico-Cultural de Vigotski (2008) e nos Estudos de Gênero (Hirata; Maruani, 2003; Kergoat, 2003). Utilizaram-se informações quantitativas e qualitativas, recolhidas por meio de questionário e entrevista semiestruturada, ambos realizados de modo online. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da instituição de pesquisa sob o número CAAE: 39858520.3.0000.5547, e as identificações dos/as participantes foram codificadas para a garantia do sigilo. A próxima seção apresenta os/as participantes da pesquisa, debatendo aspectos sobre a divisão sexual do trabalho.

## POLIVALÊNCIA, FLEXIBILIDADE? O PESO DOS “ATRIBUTOS FEMININOS” DE TRABALHADORAS NA PANDEMIA

Ao ser realizado dentro do espaço doméstico, o trabalho da mulher passa a ser entrelaçado a outras funções que permanecem historicamente sob sua responsabilidade e são constituídas culturalmente. Os papéis de mãe, cuidadora,

dona de casa e esposa podem ser analisados nos contextos de pertencimento das trabalhadoras. Na Tabela 1, a seguir, foram escolhidos sete casos nos quais se tem a descrição da condição familiar do/a trabalhador/a, relacionada com a análise das transformações do trabalho durante a pandemia.

Tabela 1 - Gênero, função e situação familiar dos/as participantes.

| Participante | Gênero    | Função                             | Situação familiar                                                                               |
|--------------|-----------|------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Araucária    | Feminino  | Técnica e chefe setor              | Reside com esposo e 02 filhos menores.<br><br>Esposo manteve-se trabalhando externamente.       |
| Laranjeira   | Feminino  | Psicóloga                          | Reside com esposo e filho menor.<br><br>Esposo manteve-se trabalhando externamente.             |
| Parreira     | Feminino  | Assistente social                  | Reside com esposo e filha menor.<br><br>Esposo manteve-se trabalhando externamente.             |
| Mariri       | Feminino  | Assistente administrativa          | Reside sozinha.                                                                                 |
| Ipê          | Masculino | Técnico administrativo em Educação | Reside com esposa e filhos, sendo uma filha menor.<br><br>Esposa trabalhou remotamente em casa. |
| Pínus        | Masculino | Docente e chefe do setor           | Reside com a esposa.<br><br>Não informada a situação de trabalho da esposa.                     |
| Salgueiro    | Masculino | Assistente de alunos               | Não informado.                                                                                  |

Fonte: Dados da pesquisa – elaboração das autoras, 2023.

A questão central é que o contexto pandêmico gerou novas configurações sociais, nas quais os espaços doméstico e público (ou de trabalho) rompem com a divisão até então constituída. Nessa dinâmica, estabelece-se uma clara distinção

sobre a situação familiar que colabora para a análise sobre o modo como o contexto interferiu na experiência das trabalhadoras da SEPAE.

Ao analisar o contexto específico da pandemia, as pesquisadoras Melo e Morandi (2021) enfatizam a naturalização construída na tríade mulher/espço doméstico/cuidados e a sobrecarga da mulher durante o período pandêmico:

Como cultural e socialmente as tarefas de cuidado são vistas como trabalho feminino, as mulheres foram mais sacrificadas com o acúmulo de tarefas. Por causa da impossibilidade de utilizar as redes de apoio (creches, escolas, centros de atenção especializados, avós e outros membros da família e vizinhos/as) para a terceirização das tarefas de cuidado, para muitas famílias a opção “natural” foi a mulher acumular mais essas tarefas ou mesmo “optar” por abandonar o emprego (Melo; Morandi, 2021, p. 106).

A questão do gênero, da função e da situação familiar dos/as participantes relaciona-se diretamente com a divisão sexual do trabalho, situação em que se naturaliza a restrição das mulheres à esfera reprodutiva e privada, reservando-se aos homens o espaço para funções em cargos políticos, religiosos, militares ou públicos:

Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher). (...) Esses princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista, que empurra o gênero para o sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais, os quais remetem ao destino natural da espécie (Kergoat, 2003, p. 56).

A imbricação entre a organização do trabalho e as relações de gênero é composta por construtos sociais, conforme destaca Dias (2016, p. 14):

O desenvolvimento da flexibilização e da polivalência do trabalhador está relacionado com a relação dialética deste com a sociedade. Desta forma todas as mudanças sociais afetam as relações de gênero, representando um conjunto de trabalhos, ocupações e profissões que serão determinantes para o acesso da mulher ao mercado de trabalho (...).

A questão apontada por Dias (2016) relaciona-se à temática da divisão sexual do trabalho, fundamental para a compreensão da organização laboral no sistema capitalista e do lugar do trabalho doméstico não remunerado nessa configuração. Hirata e Kergoat (2003, p. 56, grifos das autoras) trazem o debate em uma perspectiva histórica:

Para começar, lembremos alguns fatos: não foi tratando a questão do aborto, como usualmente se diz, que o movimento feminista começou. Foi a partir da tomada de consciência de uma opressão específica: tornou-se coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres; que esse trabalho era invisível; que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal.

As autoras referem-se à década de 1970 e ao que se constituiu como a segunda fase do movimento feminista. A temática do trabalho doméstico, seja este remunerado ou não, é uma constante nas pesquisas ligadas ao trabalho e à

categoria analítica de gênero, em especial no tocante à crítica à naturalização de essa tarefa ser atribuída às mulheres.

A imbricação entre a esfera do trabalho doméstico e a do trabalho remunerado constituiu uma configuração específica na pandemia, em que as profissionais enfrentaram a sobrecarga de atribuições, desempenhando concomitantemente suas funções profissionais e de cuidado do espaço doméstico no mesmo ambiente privado. Passa-se, a seguir, aos resultados e discussões da pesquisa.

### A PRESENÇA DAS MULHERES NA POLÍTICA DE APOIO ESTUDANTIL NO IFPR

Dos 26 *campi*, 23 responderam à pesquisa, o que correspondeu a 88% das unidades paranaenses. Constatou-se a presença majoritária de mulheres dentro das equipes SEPAE (67,9%), em contraponto a 32,1% de homens. Este resultado corrobora pesquisas sobre gênero e trabalho que referem que campos de atuação profissional nas áreas de educação e cuidados são construídos culturalmente como espaços destinados às mulheres, em uma perspectiva de naturalização de um suposto saber feminino (Hirata; Maruani, 2003).

O perfil revelou-se composto por Técnicos Administrativos em Educação (TAE), sendo os/as assistentes sociais o grupo com maior participação (34%), seguidos/as dos/as pedagogos/as (17%) e dos/as técnicos/as em assuntos educacionais (15,1%). A representatividade do grupo de assistentes sociais na AE foi abordada em pesquisas (Ferreira, 2020; Fernandes, 2018) e indica que este tem se consolidado como novo campo de trabalho a partir da ampliação da rede de universidades e institutos federais.

Em relação à formação escolar, observa-se que apenas 11,3% relatam não possuir qualquer especialização, ao passo que mais de 45% possuem curso de mestrado ou doutorado. Frente a esta realidade, Fernandes (2018) indica que a crescente qualificação acadêmica de TAEs pode decorrer, para além dos interesses pessoais, da condição objetiva de terem assegurado o direito de participar de editais de afastamento para programas de pós-graduação no país, conforme o plano de carreira da categoria no âmbito das instituições federais de ensino. A integração de sujeitos potencialmente mais qualificados para o trabalho nas equipes pode contribuir para a sua aplicabilidade e o desenvolvimento de ações de assistência.

Ainda que 88,7% das equipes SEPAE tenham formação além da graduação, para as mulheres essa qualificação não resulta necessariamente em melhor remuneração, ao considerar-se a equação qualificação/ocupação de cargos de chefia. A pesquisadora Abramo (2007, p. 26) aponta a manutenção e a reprodução de desigualdades a partir da divisão sexual do trabalho e as imagens de gênero nesse processo: “Essas imagens são construídas em torno do mecanismo dicotomizador que determina lugares e funções não só diferentes como hierarquizadoras entre homens e mulheres”.

Em articulação com a categoria analítica de gênero, buscou-se investigar a Situação Social de Desenvolvimento (SSD) de mulheres e homens trabalhadores/as das SEPAE. A SSD, conforme Vigotski (1991), articula-se à ideia de interação ativa na qual a pessoa, movida por suas necessidades, interage em seu meio e ressignifica relações que se alternam entre proximidade e afastamento, compondo

fluxos de sentido e significados. A análise das atividades no contexto pandêmico permitiu interpretar os impactos do trabalho remoto na rotina do PNAES. O/a trabalhador/a da política é aqui entendido/a como quem interpreta e medeia a AE em sua prática diária.

### DIFERENÇAS DE GÊNERO NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Ao considerar a realidade subjetiva de cada trabalhador/a e a sua SSD, as diferenças de gênero evidenciam a forma como homens e mulheres experienciam os impactos do trabalho remoto e, paralelamente, as transformações em seu espaço privado. Constatou-se que mulheres que residiam com familiares foram mais abaladas pelo acúmulo das funções domésticas e de trabalho formal, que passaram a ocorrer de modo concomitante e no mesmo espaço físico. Diferentemente, homens e mulheres que residiam sozinhos/as indicaram impactos na rotina e na jornada de trabalho, bem como descontrole do tempo, sem mencionar a necessidade de cuidar de outras pessoas.

Sentidos subjetivos são identificados no discurso de Araucária, técnica e chefe de setor que reside com o esposo e dois filhos menores, a qual descreve a pandemia como um período terrível que misturou papéis e horários:

Tadinha das minhas crianças (suspira), o fato de estar em casa, em parte contribui bastante sim, porque aí eu organizava um horário para trabalhar, um horário que eu tinha um pouco mais de suporte (Araucária, chefe de setor).

Ao se compreender que o comportamento humano é motivado por necessidades que dão sentido à ação, evidencia-se no apontamento de Araucária como a sua necessidade singular, indicada na responsabilização pelos filhos e atividades domésticas, fragiliza sua condição física e mental para o trabalho, ao ponto de ajustar sua jornada ao momento em que recebe o “suporte”, descrito como o período de descanso dos filhos. Diante da realidade particular, Araucária revela que sua jornada se organizou em função do acompanhamento da família. O fato de permanecer em casa é avaliado como positivo ao permitir uma certa organização doméstica, mesmo que, por diversas vezes, o trabalho tenha sofrido interferências pela necessidade de atender demandas tradicionalmente atribuídas à mulher:

Inúmeras vezes acordava e dormia resolvendo problemas. Sem delimitar horário e as coisas se misturavam, estava amamentando e respondendo um e-mail. Estou dando almoço, mas estou escutando uma informação que está acontecendo (...) Meu marido, como ele não... (pausa) o serviço dele não fechou em nenhum momento, o serviço dele continuou normal (Araucária, chefe de setor).

Ao ser questionada sobre a diferença entre as mudanças na sua rotina e na de seu marido, Araucária indica que, enquanto a rotina dele continuou normal, o sentido subjetivo sobre o seu momento vivido revelou um “abismo de diferenças” — termo repetido duas vezes com entonação tensa e expressão facial indicadora de sobrecarga e preocupação. A percepção de Araucária sobre a realidade é geradora de configurações subjetivas contraditórias quando, por um lado, considera extremamente cansativa a conciliação das rotinas de chefia da SEPAAE,

atuação técnica e demandas da família e, por outro, compreende sua condição como beneficiada ao trabalhar remotamente:

(...) a chefia, eu só consegui fazer porque eu estava online; quando voltou presencial, eu tive que abrir mão, porque eu não conseguia ficar tanto tempo longe dos meninos por causa do deslocamento (Araucária, chefe de setor).

A narrativa da profissional desvela a dinâmica da constituição das desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres em postos de liderança e as contradições que emergem no período pandêmico. Ao mesmo tempo em que ser mãe e profissional é um desafio, é o contexto remoto que lhe permite exercer uma chefia, desempenhando a dupla função no mesmo tempo e espaço — condições alteradas com o retorno ao trabalho presencial. Nesse aspecto, o tempo e o trabalho tomam uma dimensão específica e diferenciada para homens e mulheres:

Percebe-se que o tempo do assalariamento é condicionado pelo tempo do trabalho doméstico (...), a produção do viver, por interpor a dimensão útil do trabalho, é levada pelas mulheres para além das fronteiras das esferas da vida nas quais os homens estão estabelecidos e inscrevem sua dominação. Para as mulheres, os limites temporais se dobram e redobram, trabalho doméstico e profissional, opressão e exploração, se acumulam e articulam, e por isso elas estão em situação de questionar a separação entre esferas da vida — privada, assalariada, política — que regem oficialmente a sociedade moderna (HIRATA; ZARIFIAN, 2003, p. 67).

A experiência vivida por Araucária constitui uma síntese das questões alusivas às relações sociais de gênero e às assimetrias de poder no espaço de trabalho entre homens e mulheres, bem como da divisão sexual do trabalho. Ainda que seja uma profissional qualificada, com formação superior e que tenha desempenhado um papel de liderança, em dado momento abriu mão dessa função para exercer a contento a maternidade. O quadro revela a dinâmica da construção dessas assimetrias, seja no cotidiano institucional, seja no espaço privado.

### **“EU SURTEI E A ROTINA DELE CONTINUOU NORMAL”: DIFERENÇAS SOBRE AS CONDIÇÕES MATERIAIS E EMOCIONAIS ENTRE HOMENS E MULHERES TRABALHADORES/AS DA SEPAE**

Uma das características que se somou aos problemas advindos com o coronavírus foi o adoecimento gerado pelo quadro de isolamento social prolongado. As pesquisas apontaram, por exemplo, o aumento significativo da violência doméstica contra as mulheres (OXFAM, 2021) e o agravamento de transtornos psicológicos. Em pesquisa realizada especialmente com mulheres no litoral paranaense, Anacleto e Soares (2021, p. 220) destacam:

O conjunto dessas demandas (acumuladas) e o isolamento social, atrelados à questão financeira, contribuem de forma significativa para que ocorram desgastes físicos e mentais, que podem resultar no surgimento ou agravamento de doenças contemporâneas como o cansaço e o estresse, tendência evidenciada no presente estudo nas mulheres de todas as classes avaliadas, independentemente de idade, estado civil e arranjo familiar, sendo que entre as entrevistadas foram significativos os relatos de problemas psicológicos relacionados ao medo, ansiedade, estresse, temor e incerteza quanto ao futuro.

O quadro não foi diferente para o grupo profissional aqui analisado, em especial pelo acúmulo de funções e pelos novos desafios que surgiram no acompanhamento da vida acadêmica dos/as estudantes. Impactos foram sentidos e permaneceram após o retorno presencial, como refere a assistente social Parreira, que reside com a filha menor e o marido:

Eu acho que acabou a pandemia, e eu ainda não achei esse ajuste (a adaptação ao trabalho remoto), porque foi difícil, foi; é você ver uma criança precisando do seu auxílio, do seu cuidado, e ter que se dedicar ao trabalho (Parreira, assistente social).

Parreira salienta que, como o esposo trabalhou por escala durante a pandemia, ele “(...) esteve bem presente”; no entanto, mesmo assim “(...) foi difícil, porque uma criança requer atenção o tempo inteiro” (Parreira, assistente social). O abalo emocional é indicado pela expressão facial, pela tonalidade e pelo tempo da fala, revelando que, após o retorno presencial, as consequências foram sentidas na vida da trabalhadora, que necessitou de apoio psicoterapêutico:

(...) você ficar 24 horas no ar, e (pausa) pensando no trabalho e nas demandas de casa. A gente acaba levando isso para a terapia, para trabalhar essas questões que geram mais ansiedade, a gente dorme pior, e acho que eu ainda estou tentando voltar ao eixo (Parreira, assistente social).

Parreira considera que permanece debilitada e que precisou ausentar-se das atividades laborais por problemas físicos surgidos em decorrência do processo vivenciado.

A psicóloga Laranjeira, que reside com o filho menor e o esposo, destaca que, por considerar-se muito ansiosa e por ter passado os três primeiros meses sem apoio nas atividades domésticas, o sentido subjetivo do trabalho pode ser expresso como “horrível”. Diferenças de gênero são reveladas por Laranjeira ao refletir sobre como a necessidade de trabalhar em casa recaiu de forma distinta sobre a sua rotina e a de seu esposo: “(...) meu marido não ficou trabalhando em casa. O trabalho dele continuou presencial”. A profissional subjetiva como difícil a sobrecarga de atividades ao necessitar “(...) participar de reunião do campus, com fone de ouvido, celular, cuidando dele (do filho), fazendo a comida dele, dando comida para ele” (Laranjeira, psicóloga). Após seis meses do início da pandemia, avalia que sua condição de vida melhorou, momento em que retornou ao acompanhamento psicoterapêutico e contratou uma auxiliar para apoio nas atividades com o filho.

O relato de Laranjeira remete à análise de Dias (2016, p. 5) ao discutir subjetividade, trabalho e gênero:

Embora o termo trabalho seja utilizado, muitas vezes de maneira reducionista, somente para descrever as atividades remuneradas e executadas dentro das organizações, pode-se observar que a atividade de qualquer profissional mobiliza tanto energias físicas como mentais, além de emoções que são frequentemente associadas ao gênero. Deste modo a mobilização de ações institucionalizadas ou não vão configurando novos modos de produção de subjetividades. Destaca-se que a subjetividade é um construto histórico que se desenvolve juntamente com o capitalismo, quando há uma valorização da vida privada do indivíduo.

Ao se considerar a SSD de cada trabalhador/a e o estabelecimento da questão de gênero como a principal fonte de subjetividade, a análise da existência ou ausência da necessidade de atender outras pessoas durante o trabalho remoto revelou-se geradora de subjetividades distintas. Nesse sentido, Mariri, assistente administrativa que reside sozinha, informa que o trabalho remoto foi positivo:

Eu gostei muito de trabalhar em casa (...) porque quando eu faço pagamento é muito importante a gente estar concentrado (...) você não pode errar. (...) Então é melhor trabalhar em um ambiente mais calmo para fazer os pagamentos (Mariri, assistente administrativa).

Mariri avalia que o trabalho no ambiente doméstico permitiu a organização de espaços e horários em sua rotina profissional e pessoal, além de momentos de descanso e lazer. No entanto, essa percepção foi possível por sua situação particular: a trabalhadora conta que organizou, por opção, o expediente noturno para se dedicar a atividades físicas pela manhã: “Eu gostava de trabalhar à noite, porque daí, de manhã eu acordava, fazia uma caminhada (...) Como eu moro sozinha, vivo sozinha, trabalho muito de noite até tarde” (Mariri, assistente administrativa). A trabalhadora considera que o fato de não ter outras responsabilidades permitiu uma percepção diferenciada do trabalho remoto.

Para os trabalhadores homens da SEPAE, os sentidos subjetivos foram configurados de modo distinto e indicaram que as dificuldades de adaptação se concentraram nas transformações do trabalho remoto em si, como a falta de espaço físico, dificuldades de comunicação, descontrole de horários e inabilidade com ferramentas digitais. Os fatores domésticos tiveram menor interferência ou, em alguns casos, nem sequer foram citados.

Ipê, técnico em assuntos educacionais (TAE) que reside com esposa e filhos/as, refere que, mesmo com gastos extras e a família permanecendo a maior parte do tempo em casa, o trabalho pôde ser feito sem o deslocamento: “(...) você teve mais comodidade, você teve uma segurança”, no sentido de manter o isolamento social (Ipê, TAE). Com a permanência em casa, Ipê acrescenta que teve melhor aproveitamento do tempo, conciliando em sua rotina uma nova graduação online realizada no período. A narrativa de Ipê evidencia as diferentes configurações estabelecidas no contexto pandêmico, em especial no tocante à responsabilidade pelo trabalho doméstico e pelos cuidados atribuídos às mulheres, isto é, na organização do trabalho e no uso do tempo.

No tocante às adaptações da política, a SSD de Ipê é marcada por experiências anteriores com a EAD e pela habilidade no uso de aplicativos digitais; por esse motivo, esses recursos foram entendidos como ferramentas que aceleram a comunicação com a família e com os/as estudantes bolsistas. Diferentemente das mulheres, Ipê afirma que sua esposa trabalhou em casa, na modalidade online, não sendo ressaltados impactos sobre sua rotina ou necessidade de divisão de tarefas domésticas.

Salgueiro, assistente de alunos, relata que conseguiu organizar sua rotina, impor limites e agregar novas atividades durante a pandemia, como a participação em uma horta comunitária e a frequência à academia de ginástica. O trabalhador considera que tais atividades foram importantes para a manutenção de sua saúde física e mental. Salgueiro aponta que as transformações em sua rotina concentraram-se na relação com os/as estudantes e seus familiares, ao passo que, na esfera pessoal, foi possível garantir sua privacidade, sem mencionar queixas

relativas à estrutura familiar e doméstica. Salgueiro considera que o PNAES foi realizado dentro do possível na tentativa de atender a um momento em que as necessidades dos/as estudantes foram “maximizadas”; sendo assim, foram realizadas visitas domiciliares, atendimentos esporádicos no campus para entrega de recursos e procedimentos online para o suporte às atividades pedagógicas.

O docente Pínus acredita que foi privilegiado durante a pandemia “(...) por não ter outros tipos de compromisso em casa, não tenho filhos, tenho só a minha esposa” (Pínus, docente). Reflete que sua condição de vida lhe permitiu isolar-se no escritório e permanecer o tempo necessário na nova rotina, mesmo que fosse sentida como “monstruosa”, por haver jornadas extensas e “nebulosas”, sem definição de onde começava a rotina de casa e onde terminava a de trabalho. A realidade diversa é refletida por Pínus ao mencionar:

Eu imagino para quem não tinha essas condições ainda, quem estava lá e não tinha um espaço adequado e com muita gente; com criança, com filho e querer que dessem atenção, isso acontecia muito com os estudantes (Pínus, docente).

Compreende-se que a situação particular qualificada por Pínus como privilegiada deve-se à inexistência de outras pessoas que dependessem de seus cuidados, além de sua estrutura com espaço adequado e equipamentos suficientes, o que não foi a realidade de outros/as trabalhadores/as e estudantes na pandemia.

Os resultados indicaram que a rotina da AE foi abalada, do ponto de vista singular, pelas condições materiais e emocionais de seus/as trabalhadores/as. Ao considerar-se que as equipes são majoritariamente compostas por mulheres, interpreta-se que a operação da política foi afetada pelo trabalho remoto realizado concomitantemente a outros papéis atribuídos tradicionalmente às trabalhadoras. Logo, depreende-se que o trabalho precarizou e adoeceu trabalhadoras, principalmente aquelas que, por serem responsáveis por familiares, não dispuseram de tempo e energia para cuidar de si mesmas.

### **A PRÁTICA DA POLÍTICA CONFIGURADA SUBJETIVAMENTE POR HOMENS E MULHERES TRABALHADORES/AS DA SEPAE**

Do ponto de vista do exercício da política, Araucária pondera que o PNAES foi fragilizado, uma vez que o isolamento social prejudicou o contato direto e a identificação de demandas. Evidencia-se como a comunicação é o fator essencial que subjetiva o trabalho e permite que o/a trabalhador/a chegue até o/a estudante. Araucária considera que os meios interativos durante a pandemia foram insuficientes, impedindo que a política atendesse de modo efetivo seus/as usuários/as. Ao expressar as limitações do trabalho virtual, evidencia uma subjetividade social ao ressaltar que “(...) o nosso trabalho não é online. A gente tem uma vida acontecendo aqui e é muito mais rico quando essa interação é assim, pessoal” (Araucária, chefe de setor). Interpreta-se que, para Araucária, ao limitar-se a interação social, a ferramenta principal do/a trabalhador/a da SEPAE é impactada, inviabilizando conhecer a realidade do/a estudante, firmar o vínculo, ser reconhecido/a por ele/a e acessar suas dificuldades. Sem a interação direta, a prática da política foi subjetivada como “difícil” e “impossível” de ser realizada de modo integral. Mesmo com o retorno presencial, Araucária considera que as

consequências do isolamento social permaneceram e revelaram um contexto de readaptação e reconhecimento entre todos na instituição.

Parreira sinaliza que houve maior aproximação com estudantes e familiares por meio do uso do telefone celular e que se intensificou o número de encaminhamentos para outras políticas, como a assistência social, a saúde e a saúde mental. Parreira avalia que a política “antes (da pandemia) já não dava conta” e que, com a ampliação das demandas, tornou-se ainda mais insuficiente, pois:

(...) eles (os estudantes) estavam inseridos em famílias que perderam seus empregos, com situação precária de moradia, alimentação também bem precária. E as questões de saúde também aumentando, muito por conta de todo esse contexto (Parreira, assistente social).

Parreira analisa que a AE precisou atender ao aprofundamento das desigualdades sociais; desta forma, a permanência significou, para além do atendimento às questões materiais e pedagógicas, “o saber” como estava a família do/a estudante e identificar as condições de “sobrevivência”, pois esse fato interferia na permanência. Para Parreira, “a assistência não deu conta”; no entanto, foi fundamental para a permanência daqueles/as que conseguiram ser atendidos/as.

Mariri avalia que o PNAES não foi efetivo durante a pandemia por não estar preparado para o atendimento emergencial. Dessa forma, os fluxos burocráticos, a falta de editais específicos e a limitação da autonomia técnica foram processos que impediram o alcance da política até aqueles/as que mais precisavam.

Ipê qualifica o momento inicial da pandemia como “muito difícil e assustador”, no sentido de terem ocorrido atritos com a gestão para acelerar processos junto ao Ministério da Educação nos ajustes da AE dentro da instituição. O trabalhador descreve que foram procedimentos de adaptações pedagógicas, recursos e equipamentos tecnológicos, além de auxílios financeiros, mas que, com o tempo: “A gente foi adaptando e aqueles (estudantes) que não tiveram acesso puderam fazer depois” (Ipê, TAE), como o alargamento de prazos no caso dos/as estudantes sem acesso à internet. Ipê sinaliza que cada campus realizou a política à sua maneira, dentro de suas condições, e afirma que a “dedicação da equipe” é um diferencial na realização do PNAES: “A nossa política de assistência estudantil vai muito além da financeirização”. Nesse sentido, descreve o esforço da equipe para que o/a estudante permaneça e se integre em todas as possibilidades disponíveis, a fim de ser “(...) contagiado por esse universo escolar, por esse universo de conhecimento, e (...) se tornando (...) cada vez mais um cidadão crítico e consciente” (Ipê, TAE). Compreende-se que, ao descrever o PNAES, Ipê expressa o sentido subjetivo da política vinculado à particularidade de cada campus e à intencionalidade de cada equipe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificou-se que o perfil das equipes SEPAE é composto majoritariamente por mulheres que, com a chegada da pandemia, operacionalizaram a política de dentro de suas casas e tiveram suas rotinas de trabalho precarizadas. Silêncios, expressões faciais e entonações de voz indicaram diferenças na subjetividade de

homens e mulheres, configurando sentidos subjetivos contraditórios sobre o trabalho durante o período pandêmico.

A distância entre as vivências foi subjetivada como um abismo: trabalhadoras casadas que residiam com filhos e ficaram responsáveis pelos cuidados domésticos significaram o trabalho remoto como um desafio, no sentido subjetivo de sobrecarga, adoecimento, insatisfação e insegurança; já homens trabalhadores e mulheres que viviam sozinhas, sem desconsiderar as adaptações necessárias às rotinas laboral e doméstica, significaram o momento como de liberdade de horários, no qual foram possíveis novas atividades, como academia, horta, caminhadas e início de um curso superior.

Homens e mulheres trabalhadores/as significaram a política como um suporte importante para o processo formativo dos/as estudantes; no entanto, para aqueles/as que tiveram suas vidas abaladas pela ampliação da desigualdade social, o PNAES mostrou-se imprescindível, superando o viés econômico. Conforme a subjetividade singular de cada trabalhador/a e a sua SSD, o PNAES configurou-se de modo distinto, seja como via de comunicação entre estudante e instituição, forma de acesso à informação, apoio na interpretação de editais ou encaminhamento para a rede de proteção.

O modo como cada campus atendeu à demanda do/a estudante no contexto pandêmico atrelou-se ao sentido subjetivo particular de cada trabalhador/a e à intencionalidade de cada equipe. Tal análise revela um leque de possibilidades de ações que dizem respeito à singularidade de quem realiza a política. A comunicação enquanto espaço de trabalho nas redes virtuais revestiu-se de análises diferenciadas: ora descrita por uma percepção de maior efetividade de contato pelos recursos tecnológicos, ora vista como um diálogo que foi rompido, uma vez que a comunicação virtual não atendeu às necessidades da interação com o/a estudante.

Compreende-se que a interpretação da política não sofreu interferência do gênero, mas sim da profissão de cada trabalhador/a e de suas experiências anteriores, impulsionadas pela sua SSD. Essa questão evidencia que há paridade quanto à formação profissional e à qualificação entre homens e mulheres nas equipes SEPAE; porém, as assimetrias de gênero se manifestam quando se analisa a articulação entre tempo, trabalho doméstico e espaços público e privado, o que, para além das consequências na saúde das trabalhadoras, também pode explicar o número reduzido de mulheres ocupando cargos de chefia nos espaços de trabalho.

Todos os/as trabalhadores/as reforçaram a importância da política e indicaram necessidades de implementação, seja na ampliação de recursos, na valorização das equipes ou na maior autonomia junto à gestão, haja vista que são os/as que se encontram mais perto da realidade do/a estudante.

# An abyss: gender differences in the implementation of PNAES during the COVID-19 pandemic

## ABSTRACT

The National Student Assistance Program (PNAES) focuses on student retention in undergraduate programs and, at the Federal Institute of Paraná, is operationalized by the teams of the Pedagogical and Student Affairs Section. The objective of this article was to outline the profile of the teams, identify the subjective interpretation of the policy, the dichotomous gender relations in this process, and the impacts of remote work during the pandemic period. Qualitative epistemology was used as a theoretical and methodological framework, alongside an analysis grounded in a gender perspective. Data collection was carried out through a questionnaire and interviews with the teams. The results demonstrated that PNAES was carried out primarily by women and that there were differences in work routines: while men had more time and incorporated new activities, women, especially mothers, experienced an extreme accumulation of pre-existing functions that were exacerbated by remote work.

**KEYWORDS:** PNAES. IFPR. COVID-19. Subjectivity. Gender.

# Un abismo: diferencias de género en el ejercicio del PNAES durante la pandemia de la COVID-19

## RESUMÉN

El Programa Nacional de Asistencia Estudiantil (PNAES) se enfoca en la permanencia estudiantil en las carreras de grado y, en el Instituto Federal de Paraná, es operacionalizado por los equipos de la Sección Pedagógica y de Asuntos Estudiantiles. El objetivo del artículo fue trazar el perfil de los equipos, identificar la interpretación subjetiva de la política, las relaciones dicotómicas de género en este proceso y los impactos del trabajo remoto durante el período pandémico. Se utilizaron la epistemología cualitativa como marco teórico y metodológico y un análisis respaldado en la perspectiva de género. La recolección de información se realizó a través de un cuestionario y entrevistas con los equipos. Los resultados evidenciaron que el PNAES fue llevado a cabo, prioritariamente, por mujeres y que hubo diferencias en la rutina laboral: mientras que los hombres tuvieron más tiempo e incluyeron nuevas actividades, las mujeres, en especial las madres, vivenciaron un acumulamiento extremo de funciones preexistentes que, con el trabajo remoto, se vieron exacerbadas.

**PALABRAS CLAVE:** PNAES. IFPR. COVID-19. Subjetividad. Género.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. Inserção de mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária? In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (org.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.
- ANACLETO, Adilson; SOARES, Fernanda. Superendividamento e crise econômica do novo coronavírus: impactos nas mulheres do Litoral do Paraná. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 160, nov. 2020/fev. 2021.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 1 nov. 2021.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 2 out. 2021.
- DIAS, Maria Sara de Lima. A escolha feminina na área das profissões tecnológicas: impactos na subjetividade. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 9, n. 33, p. 3-21, jan./jun. 2016.
- FERNANDES, Lúcia da Nóbrega. **As condições de trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na realidade brasileira**. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.
- FERREIRA, Jéssica Fernanda Wessler. **A contribuição do Assistente Social para a permanência dos estudantes nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no Instituto Federal do Paraná - IFPR**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2020.
- GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa em Psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (org.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora SENAC, 2003.
- HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. In: EMÍLIO, Marli et al. (org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.
- INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 11, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova a Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal do Paraná.

Curitiba: IFPR, 2009. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/07/Res.-11.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: EMÍLIO, Marli et al. (org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

MELO, Hildete; MORANDI, Lucilene. A divisão sexual do trabalho no contexto da pandemia. **Trabalho Necessário**, v. 19, n. 38, p. 105-125, jan./abr. 2021.

OXFAM. **O vírus da desigualdade**: unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável. [S. l.]: Oxfam Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/o-virus-da-desigualdade/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. La conciencia como problema de la psicología del comportamiento. *In*: VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **Obras escogidas**: tomo I – problemas teóricos y metodológicos de la psicología. Madrid: Visor Distribuciones, 1991.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

**Recebido:** 06/09/2023.

**Aprovado:** 09/12/2023.

**DOI:** 10.3895/cgt.v17n48/49.17547.

**Como citar:** CARVALHO, Evelyn Raquel; DIAS, Maria Sara de Lima. Um abismo: diferenças de gênero no exercício do PNAES durante a pandemia da COVID-19. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 17, n. 48/49. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: 20 mai. 2026.

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

